

MENSAGEM AOS BACHARELANDOS DE DIREITO DE 2007 – FACULDADE DO CERRADO

Deus me deu a suprema graça de estar aqui e agora, para paraninfar esta celebração, acompanhado da Socorro, diante de nossa sociedade e de eminentes personalidades de toda a região. E, mais que isso, a singela humildade de reconhecer que, mais que a pobreza de meus méritos, há de ser proclamada a imensa generosidade dos que a promovem. Sou, portanto, inteiramente grato aos bacharelandos da Turma Dr. Oton Mário Lustosa, que me honraram com sua escolha. Não menos grato sou também às palavras de seu orador – Marcos Aurélio Arraes Guida –, que soube, como ninguém, interpretar os sentimentos de seus companheiros. Rejubilo-me com a vitória que acabam de conquistar e faço votos para que a carreira profissional hoje iniciada seja coroada de continuados êxitos, na defesa do primado do Direito e da Justiça. Cumprimento calorosamente não só os bacharelandos como também os seus familiares e amigos, os quais, com suas honrosas presenças, abrilhantam esta solenidade.

Deus me deu também a gratificante ventura de ver com meus próprios olhos e sentir com meus próprios sentidos, o quanto a Faculdade do Cerrado Piauiense engrandece as tradições culturais de nossa terra. E testemunhar gestos de verdadeiro ecumenismo, que se traduzem na busca incessante da convergência daquilo que nos une e no conseqüente repúdio a tudo que nos afasta, isola, divide e conflita. Daí render minhas homenagens ao deputado João Mádisson, à doutora Maria de Lourdes Sobral Nogueira e ao professor Marcos Aurélio de Araújo Alves, dirigentes da Instituição, bem como ao seu corpo de professores e funcionários.

Num ponto creio que estamos de pleno acordo: vivemos uma quadra histórica, ainda marcada, infelizmente, por profundo descompasso entre o Direito e a Justiça. Ou melhor, entre o que aí está e aquilo que deve ser. Entre os estertores de um individualismo que teima em perpetuar-se e a alvorada de novos direitos.

Sim, vivemos não apenas a “era dos direitos”, tão bem posta nas idéias de Norberto Bobbio. Mas, precisamente, a era dos novos direitos construídos para o exercício da cidadania num estado democrático. Ela assinala a preocupação dos variados segmentos sociais em se organizarem, ao tempo em que, organizando-se, instrumentalizam politicamente a sociedade para a defesa e proteção de seus interesses.

Eis a nova face da luta contra a pobreza. Ao contrário da pobreza sócio-econômica, não se limita ela a suprir a falta de bens materiais. Vai além, pois combate outra forma abjeta de pobreza – a pobreza política – expressa na carência de cidadania.

Com efeito, o professor Pedro Demo, partindo da premissa de que “ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter”, aponta o *não ter* e o *não ser* como as duas formas de pobreza de um povo. Uma é de ordem sócio-econômica, quantitativa, material; a outra é de ordem política, qualitativa, imaterial.

Transpostas tais reflexões para o campo das políticas públicas, completaria eu: uma cuida de distribuir o peixe; a outra cuida de ensinar a pescar. Uma é dádiva do poder; a outra é ato de conquista do cidadão.

Por assim entender, participar de um ato de formação de 22 novos operadores do Direito constitui motivo de indescritível alegria e redobrada esperança. Pois creio não haver no universo do ensino acadêmico, pela variedade e interatividade das disciplinas que o compõem, currículo que ofereça mais ampla visão do mundo que o bacharelado em Direito. Diria mais que, embora reconheça a importância da contribuição de todos os demais cursos para nosso desenvolvimento econômico e social, concorrendo cada um a seu modo e no seu campo específico de atuação, é o curso jurídico, contudo, que aparelha o cidadão para o conhecimento dos direitos e deveres da vida em sociedade.

Tenho para mim que, sem seus legítimos operadores, isto é, sem profissionais habilitados a navegar as procelas de nosso emaranhado de normas jurídicas, torna-se sobremaneira difícil praticar o Direito e, mais que isso, ancorar no porto seguro da Justiça. Ainda mais nestes longínquos sertões de nosso País, onde o poder ilegítimo não raro encontra espaço para aventuras, devaneios e desassossegos. Daí o signo da esperança que sempre acompanha a formação e atuação desses profissionais.

Ouso até dizer que, embora esta bela solenidade cristalice um ato de vitória de cada um, vitória que se estende às suas famílias, não deixa de simbolizar também uma conquista regional. Pois ela culmina um demorado processo de capacitação de novos recursos humanos, que se vão juntar a outras categorias e valores, uns e outros aptos a nos ajudar a vencer os desafios que nos atormentam, em busca da realização de aspirações eminentemente coletivas.

Dentre tais aspirações, menciono a elevação do campus da Uespi em Corrente à categoria de instituição universitária autônoma, com o nome de Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim, dotada de personalidade jurídica, administração e recursos próprios, e direcionada para as atividades de ensino, pesquisa e extensão em torno da problemática específica desta região. Com ela, estamos retomando uma luta iniciada em 1988, quando, num movimento cívico, suprapartidário, sem precedentes em nossa história, criamos a Fespi e construímos, logo ali, o belo campus universitário que leva meu modesto nome. Para facilitar a instalação dessa nova instituição de ensino superior, e, ao mesmo tempo, economizar tempo e dinheiro, fizemos o que nos competia: entregamos ao governador Wellington Dias o respectivo projeto, e o que é mais importante, oferecemos a S. Exa. as próprias instalações físicas da Fespi, e tudo que ela possui, sem nenhum custo para o Estado. Por sinal, na segunda-feira passada, em companhia do prefeito João Barros, discutimos com o governador esse grande projeto. Com ele, queremos transformar esta região num centro de excelência universitária, envolvendo instituições públicas e privadas, a exemplo do Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim, do campus da Universidade Federal em Bom Jesus, desta Faculdade do Cerrado e de outras que aqui por certo se instalarão.

Outra legítima aspiração que me cabe mencionar diz respeito à criação do Estado do Guruguia. Para os que ainda não entenderam o alcance da proposta, ou mesmo se negam a aceitá-la, é bom esclarecer que o que buscamos, de forma amadurecida e responsável, é uma saída para todo o Piauí e todos os piauienses. Não se trata, pois, de uma utopia de visionários ou aloprados. Todos hão de convir que nosso Estado vem amargando, desde os seus primórdios e sem perspectivas reais de melhoria, os mais

humilhantes índices de crescimento econômico e desenvolvimento humano. Diante das amplas e reconhecidas potencialidades que detém, sobretudo suas riquezas de terra, sol e água, que fazem a fortuna de outros Estados, duas perguntas emergem naturalmente: 1. Qual a razão dessa pobreza? 2. Que fazer para reverter-la?

Logo chegaremos às seguintes conclusões: primeira, o Piauí é pobre porque não aproveita adequadamente as potencialidades que tem. Segunda, não aproveita porque não dispõe de recursos para investir, de modo a transformar essas potencialidades em benefícios reais para seu povo. Terceira, não tem recursos porque pouco arrecada, e o pouco que recebe do governo federal mal dá para os compromissos mais urgentes. Eis o círculo vicioso da pobreza: não investe porque não tem e não tem porque não investe. E assim a pobreza se perpetua, eterniza-se.

Que fazer para mudar tão triste situação, é a segunda pergunta que nos cabe responder.

As pessoas sensatas e de boa vontade, e entre elas peço vênica para me incluir, só vêem uma saída: dividir as despesas e multiplicar as receitas. Mas isso só se tornaria possível dividindo-se o Estado em dois – Piauí e Gurguéia, como propus ainda em 1990 como deputado federal. Tal como se fez em 1979 com o Mato Grosso e, em 1989, com Goiás, quando foram desmembrados para a criação dos Estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, medida que deslanchou o progresso dos quatro. Assim ocorrendo, o Gurguéia passaria a receber e administrar os seus próprios recursos, definir suas prioridades e assumir as despesas que o Piauí aqui realiza.

Por sua vez, o Piauí, menor e mais enxuto, liberado dos encargos com uma região tão distante, extensa e carente, manteria praticamente a mesma soma de recursos que hoje recebe. É que, dividido o Piauí, seus recursos não são simplesmente repartidos com o Gurguéia, como imaginam algumas pessoas de boa fé. Ao contrário, tanto o Piauí quanto o Gurguéia participariam de uma nova redistribuição dos recursos do tesouro nacional. Esses recursos, atualmente, são divididos em 27 partes (isto é, 26 Estados e o Distrito Federal). Passariam, então, a ser divididos em 28 partes, sendo inexpressiva, por conseguinte, a perda que cada um teria nessa nova redistribuição. Mas para nós teria o efeito de uma verdadeira revolução: pois, hoje, que recebemos apenas uma fatia do bolo federal, passaríamos a receber duas. Daí falarmos em multiplicação das receitas.

Já se vê que essa estória de que dividir o Piauí é dividir a pobreza não encontra apoio nem na lei nem nas experiências que temos tido. Eis a verdade que precisa ser proclamada e assimilada em todos os quadrantes do Estado: se se criar o Gurguéia é bom para esta região, como sabemos, melhor será para todo o Piauí.

Com a firme convicção de que lá chegaremos, cedo ou tarde, unindo piauienses do Norte e do Sul, sem preconceitos, passionalismos ou ressentimentos, desejo encerrar as minhas palavras dizendo o seguinte: não se enganem, cada novo diploma que aqui se entrega significa um novo tijolo que se coloca no alicerce da construção do futuro Estado do Gurguéia. Eis um motivo a mais para a confraternização desta noite.

Muito obrigado.

(Pronunciamento do conselheiro Jesualdo Cavalcanti Barros, na qualidade de paraninfo da colação de grau dos bacharéis em Direito da Faculdade do Cerrado, realizada em Corrente no dia 20.01.2007).